

MONOCULTURA DE EUCALIPTO E A QUESTÃO TERRITORIAL: O CASO DA COMUNIDADE VALE DAS CANCELAS NO NORTE DE MINAS GERAIS

Joelena de Jesus Mendes¹, Silvia Gomes Rodrigues² e
Gilmar Ribeiro dos Santos³

INTRODUÇÃO

As comunidades tradicionais, assim como outras categorias sociais existentes na sociedade brasileira como, indígenas, membros de comunidades negras rurais, grupos étnicos, dentre outros, por muito tempo no país, estiveram desprovidos de seus direitos coletivos. Encontrando na resistência a força para manter viva sua tradição, saberes e modo de vida, articulam-se na busca de seus direitos.

Neste contexto, se encontra a Comunidade de Vale das Cancelas, local conhecido na coleta de dados do projeto de pesquisa: Reestruturação Produtiva na Produção do Carvão Vegetal no Norte de Minas Gerais. Pretende-se aqui demonstrar, a partir de relatos de alguns moradores da comunidade, a situação vivenciada por estes, quanto às alternativas encontradas para desvencilhar os objetivos das empresas reflorestadoras, que com a implementação de um processo “sustentável”, as *florestas plantadas*, permitiam a continuação da produção de carvão vegetal sem a utilização de mata nativa.

Moradores, particularmente os militantes, articularam-se e se agregaram à outros movimentos no enfrentamento às empresas reflorestadoras para que estas não invadissem outras áreas. Situação que os permitiu tornarem-se mais fortalecidos, não abandonar a luta e continuar lutando não só pela terra, como em defesa de todo o seu território, sua água, agricultura, preservação da vegetação nativa e dos trabalhadores explorados pelas empresas monocultoras, carvoarias entre outras que degradam e desrespeitam a comunidade.

¹ Acadêmica do Curso de Ciências Sociais na Universidade Estadual de Montes Claros/MG- UNIMONTES – Bolsista de Iniciação Científica no projeto: Reestruturação Produtiva na produção do carvão vegetal no Norte de Minas Gerais. joelena-mendes@bol.com.br

² Acadêmica do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS da Universidade Estadual de Montes Claros/MG- UNIMONTES – Bolsista de Apoio Técnico no projeto de pesquisa: Reestruturação Produtiva na produção do carvão vegetal no Norte de Minas Gerais. silvinha-gr@hotmail.com

³ Doutor em Educação: História, Política, Sociedade. Professor da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Bolsista BIPDT – FAPEMIG. gilrds@uol.com.br.

*Agradecemos a Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG pelo apoio financeiro ao projeto de pesquisa: Reestruturação Produtiva na produção do carvão vegetal no Norte de Minas Gerais.

COMUNIDADES TRADICIONAIS: LUTAS E RESISTÊNCIA

As comunidades tradicionais assim como outras categorias sociais existentes no país como, indígenas, membros de comunidades negras rurais, grupos étnicos, dentre outros, por muito tempo no Brasil, estiveram desprovidos de seus direitos coletivos. Encontrando na resistência a força para manter viva sua tradição, saberes e modo de vida, articulam-se na busca de seus direitos. Esses direitos, frutos de muita luta passaram a ser garantidos por lei na década de 1980, no artigo 216 da Constituição de 1998. Como bem coloca Costa (2011) esses grupos foram agentes da construção de si mesmos como sujeitos coletivos de direito.

Buscando um entendimento mais geral, compreendem-se aqui Populações Tradicionais como segundo Dayrell (2000) (apud Toledo 1996: 24) sendo aquelas que consomem no todo ou em parte, os frutos do trabalho obtidos a partir da apropriação de uma parcela da natureza, onde a fonte predominante de energia utilizada é a solar e os meios intelectuais são seus próprios conhecimentos e crenças. Como esse mesmo autor aponta o sentido de tradicional não implica um sistema cultural estático, antigo que não se renova, pelo contrário, um sistema dinâmico, com padrões de comportamentos transmitidos socialmente. (DAYREEL 2000:195).

Apesar de muita luta e resistência dos povos tradicionais e de ter garantido na lei seus direitos, esses não são respeitados e pouco garantidos. Diante do contexto de poderio e dominação, por parte de estratégias políticas e das grandes empresas, da modernização da maneira atual de produzir e do fortalecimento do sistema capitalista os Povos e Comunidades Tradicionais são explorados, excluídos e desvalorizados. Para além do não reconhecimento do valor de cada um deles para com a cultura local e para a cultura brasileira está o desrespeito, o descaso e o tratamento desumano.

Neste contexto, se encontra a Comunidade de Vale das Cancelas, local conhecido na coleta de dados do projeto de pesquisa: Reestruturação Produtiva na Produção do Carvão Vegetal no Norte de Minas Gerais. Pretende-se aqui demonstrar, a partir de relatos de alguns moradores da comunidade, a situação vivenciada por estes, quanto às alternativas encontradas para desvencilhar os objetivos das empresas reflorestadoras, que com a implementação de um processo “sustentável”, as *florestas plantadas*, permitiam a continuação da produção de carvão vegetal sem a utilização de mata nativa.

A (IN)SUSTENTABILIDADE DAS FLORESTAS PLANTADAS NA COMUNIDADE DE VALE DAS CANCELAS

A partir da década de 1970, houve a expansão da monocultura de eucalipto no Norte de Minas Gerais, a qual se desenvolveu basicamente com o interesse de

fornecimento de matéria prima para a siderurgia mineira, com forte investimento federal e estadual, com a concessão de imensas extensões de terras para empresas de reflorestamento (BRITO,2006).

Entretanto, a silvicultura levou a eliminação de pequenas propriedades. Pois, os proprietários foram obrigados a deixarem sua terra de origem, seu lugar de identidade e sua maior riqueza. A visão hegemônica da silvicultura na sociedade a percebe como atividade “sustentável”, geradora de emprego e renda, sustentável em função de reduzir a extração da mata nativa. Assim ela é divulgada e defendida, deixando de lado os enormes problemas ambientais e sociais. Esta é uma visão maquiada pelo capital e seus beneficiários. Como apontam os autores Nunes, Soares e Soares (2012), os impactos da silvicultura são nocivos ao meio ambiente por intervir fortemente na degradação dos recursos naturais.

Relatos fornecidos por moradores da região demonstram a face oculta deste processo de reflorestamento, ou seja, as informações obtidas e a realidade observada na comunidade, iam de encontro a realidade divulgada pelas grandes empresas, enquanto busca do desenvolvimento sustentável. Pois, assim se deu o início da expropriação das terras:

As reflorestadoras quando chegaram aqui foi no ano de... 1974. Chegaram com a máquina, circulando a região inteira de Grão Mogol, Rio Pardo de Minas, a região inteira aqui do Norte de Minas. Onde que tinha Gerais eles circularam. As Empresas eram Floresta Vale do Rio Doce e Floresta Minas. E aí eles chegaram acharam as chapadas tudo vazia porque o morador por conta de água preferia morar nas beiras dos rios, das grotas, aí quando ele chegara acharam as chapada vazias, mas as chapadas elas vai até perto das propriedades da gente, as chapadas faz aqueles canto assim grande... e onde que eles achou chapada plana eles foram com o maquinário, trator de esteira desmatando. (...) Fomos criados em casa de capim, é, coberta de capim, a pobreza era muito grande. O pessoal quando casava de primeiro, o moço casava, o pai dele levava ele na beira de um ribeiro, o mostrava um mato e mostrava. Aqui você pode fazer sua casinha aqui, aí ele fazia a casinha perto do ribeiro pra ter facilidade de água e ali eles faziam as lavouras e tudo que plantava colhia porque chovia bastante e foi deixando as chapada... quietas. Ninguém tinha um animal pra levar água, ninguém sabia que era carote... mangueira... e ninguém tinha um carro pra levar uma água. Num tinha estrada, por exemplo, aí quando as empresas chegaram achou as chapada livre, e o pessoal, cheio de morador, mas nas grotas. Ai eles pegaram e vieram com o trator circulando, nos não sabia que era trator, meu pai panhó nós... aquele tanto de menino e subiu la pro alto, pra vê o trator trabalhando. Eles estavam grilando nossas terras e nós não sabíamos. Ai circularam, em 74, quando foi em 79 vieram o trator mesmo desmatando, ai meu pai correu la e falou o eu não quero que planta minha terra não. O seu Zé agora é tarde, a empresa daquela vez seu Zé fez o carreador, o senhor não falou nada, eles documentaram a terra. Vieram escondido rancaram o arame do meu pai que tava cercando uma ponta de chapada, e planto tudo. Como nós num tinha estrada de carro, a gente vinha de casa aqui, era aqui por dentro, era carreiro. Quando o meu pai voltou lá já tinha plantado tudo, a gente num tinha acesso à chapada não. Aí ficou por isso mesmo, plantaram, ficou 35 anos ocupada pelos eucaliptos. (Morador militante do Vale das Cancelas – Distrito de Grão Mogol – 22 de novembro de 2013)

Em favorecimento das empresas e consequentemente do sistema econômico sob o discurso do desenvolvimento o Estado sede terras e dá incentivos, passando por cima das vidas enraizadas no lugar. Com as florestas plantadas hasteadas na região,

fruto do processo de modernização e promessa de melhorias que jamais podem ser cumpridas de tal maneira, empobreceu-se o solo, assorearam os rios, expulsaram espécies da rica fauna e flora do cerrado e alterou a forma de vida da comunidade, que em sua base viviam da agricultura, do extrativismo, da caça e da pesca.

O processo de modernização da economia brasileira como mostra Costa (2011) significou para os Povos e Comunidades Tradicionais um violento processo de ruptura nas condições de vida nos sistemas de produção e no domínio territorial. Assim nas Comunidades Tradicionais,

O território familiar e os bosques comuns compartilhados por todos foram expropriados para empastamentos com espécie exótica e criação de gado de raça importada (...) e também para plantio das mais diversas monoculturas, tanto agrícolas, como espécies vegetais para serem transformadas em matéria prima para a crescente industrialização nacional. (COSTA 2011: 56).

No caso da Comunidade de Vale das Cancelas, a expropriação foi para dar lugar à monocultura de eucalipto, destinado à produção de carvão vegetal para o abastecimento das siderurgias do país, principalmente as do Estado de Minas Gerais. Grande parte do território norte mineiro vivenciou e vivencia essa mesma situação.

Segundo LEITE (2012), o Norte de Minas, dentro do contexto mineiro de expansão, o eucalipto detinha condições favoráveis, tanto climáticas quanto de investimentos. Onde a busca pelo desenvolvimento da região norte do estado levou a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE a subsidiar instalações de indústrias e a criar incentivos para o plantio do eucalipto.



Fonte: Imagem do acervo do projeto de pesquisa: Reestruturação Produtiva na produção do carvão vegetal no Norte de Minas Gerais.

No entanto, sabe-se que, não é apenas as condições climáticas, que tornam a região norte mineira favorável à monocultura de eucalipto ou de outras espécies que favorecem o sistema produtivo, mas sim jogadas de interesses e estratégias políticas. Diante disso cresce os conflitos entre os povos de comunidades tradicionais e as grandes empresas monocultoras assim como, o envolvimento de detentores de poderes políticos e econômicos da região, que disseminam o discurso do desenvolvimento advindo dessa atividade.

O INÍCIO DAS ARTICULAÇÕES NA COMUNIDADE: RESISTÊNCIA, LUTA E ALIANÇAS

Por muitos anos, os moradores da Comunidade Vale das Cancelas sem conhecer seus direitos, mantiveram passivos, como o próprio morador chama atenção, “um dia eles acordaram – a lei não protege quem dorme”. Assim, empenharam-se na busca pelo fortalecimento e reconhecimento de uma coletividade impactada pelas empresas reflorestadoras, imprimiam o interesse notável de mudar o curso dessa história de desrespeito e descaso com a comunidade, articulando um movimento com poucos militantes, mas bem atuantes.

Segundo alguns dos moradores militantes, as articulações iniciaram no ano de 2009, embora em 2005 tivesse tido a tentativa, por parte de alguns moradores, de recuperação de suas terras, com o enfrentamento as empresas, recolocando suas cercas. Entretanto, o cenário mostrava-se desfavorável, pois, as autoridades locais tinham relação direta com as empresas, seriam estes, segundo os moradores, “coligados” com as empresas, o que dificultou o andamento de alguns processos reivindicativos. Então, na busca por visibilidade, atearam fogo em uma das máquinas utilizadas no plantio do eucalipto, fato este que deu novos contornos pra luta que se tratava entre os moradores e as empresas ali instaladas.

Os representantes dessa luta buscaram se atualizar quanto aos seus direitos e participar de encontro com outras comunidades, que articuladas também lutavam para garantirem seus direitos. Nesses encontros estreitaram os laços e uniram-se a outros movimentos como o MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), o MST (Movimento Sem Terra) e posteriormente com os atingidos pela mineração e o movimento dos Geraizeiros. Este último teve papel significativo, no movimento que crescia e se fortalecia na comunidade, influenciando na identificação social e cultural dos moradores, que agora se reconhecem como geraizeiros.

Com esse enfrentamento conseguiram com que as empresas não invadissem outras áreas. Mais fortalecidos, não abandonaram a luta e seguem lutando não só pela terra como em defesa de todo o seu território, sua água, agricultura, preservação da vegetação nativa e dos trabalhadores explorados pelas empresas monocultoras, carvoarias entre outras que degradam e desrespeitam a comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A monocultura de eucalipto surgia como substituto à devastação da mata nativa do cerrado, no entanto, os estragos sociais e ambientais persistiram. De acordo com Brito (2006), com o reflorestamento houve destruição do ambiente natural, da flora e comprometimento da fauna local, podendo ser verificados enormes impactos ambientais devido à monocultura do eucalipto no Norte de Minas Gerais.

Dentro da comunidade, acabou por mudar a realidade de vida de muitas pessoas, que tiveram suas terras ameaçadas, devido à expropriação e privatização dos recursos naturais. Fazendo com que a discussão vá além dos impactos gerados pela implantação da monocultura de eucalipto, e adentre-se ao campo do conflito existente entre o sistema capitalista e desenvolvimento sustentável, isto é, das diferentes visões de desenvolvimento e interesses que permeiam este campo, pois esta é a relação que acaba ficando “oculta” na comunidade alcançada pela monocultura de eucalipto.

Referências Bibliográficas

- BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. **Comunidade, território e complexo florestal industrial: o caso de vereda funda, Norte de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Social. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros/MG, Março de 2006.
- COSTA, João Batista de Almeida. **A (Des)invisibilidade dos povos e das comunidades tradicionais: a produção da identidade, do pertencimento e do modo de vida como estratégia para efetivação do direito coletivo**. In: GAWORA, D. IDE, M. H. de S. e BARBOSA, R. S. (org). Povos e comunidades tradicionais no Brasil. Montes Claros: Ed. Unimontes, 2011, p51-68.
- DAYRELL, Carlos Alberto. **“Os Geraizeiros descem a serra ou a agricultura de quem não aparece nos relatórios dos agrobusiness”**. In: LUZ e DAYRELL, C. (org) **Cerrado e desenvolvimento: Tradição e Atualidade**. Montes Claros: CAA; Goiânia: Agencia Ambiental de Goiás, 2000p. 189-272.
- LEITE, Marcos Esdras. **Mapeamento temporal do eucalipto no Norte de Minas Gerais**. In: SANTOS, Gilmar Ribeiro e PEREIRA, L. M. (Org.). *Conflitos sociais na história contemporânea do Norte de Minas*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2012, 259p.
- NUNES, Fredson Reis; SOARES, Aparecida Pereira, SOARES, Selma Pereira. **Eucalipto: Mudança perceptíveis no município de Claros dos Poções - MG**. In: III Congresso de Desenvolvimento Social (Des)Igualdades Sociais e Desenvolvimento, 2012, Montes Claros-MG. III Congresso de Desenvolvimento Social (Des)Igualdades Sociais e Desenvolvimento, 2012, Montes Claros-MG.